

*Educação em Revista*, ao divulgar produções nacionais e internacionais sobre temas e problemas educacionais, tem-se como propósito acolher a pluralidade de olhares sobre as múltiplas dimensões da educação em tempos e espaços variados e assim contribuir para o debate e equacionamento dos problemas da educação brasileira, como tem sido sua linha editorial ao longo de suas duas décadas de existência.

Introduz-se, nesse momento, o propósito de dar maior evidência às diferentes filiações teóricas e metodológicas que vêm embasando os estudos desenvolvidos pelas diferentes linhas de investigação presentes no Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da FaE/UFMG, de modo a dar maior visibilidade às redes de conhecimento que seu corpo docente vem formando e consolidando, no plano nacional e internacional.

Nesse momento de intensificação das relações internacionais no campo da produção acadêmica brasileira nunca é demais reforçar algumas idéias que, de modo intransigente, desejamos que pautem esse movimento. Primeiramente, a compreensão de que as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas no tratamento dos problemas e questões da educação expressam relações com os contextos que as produzem e para as quais são produzidas. A essa idéia, em consequência, agrega-se uma outra. A entrada de "novidades" científica ou a circulação de idéias entre os diferentes contextos não pode se fazer desacompanhada de um incessante e vigilante esforço de apropriação crítica e criativa por parte de quem as acolhe ou as recebe. Uma terceira idéia muito cara a ser observada é que a dinamicidade e qualidade da produção acadêmica brasileira a autorizam a se situar no campo educacional internacional numa posição de mão dupla. Podemos tanto acolher as produções de centros de produção localizados no exterior, quanto ser por eles acolhidos.

Os textos que compõem este número quarenta da Revista são reveladores desses propósitos. Esses guardam sintonia com questões educacionais que nos tocam e afligem e expressam o esforço a que nos referimos – de uma apropriação crítica e criativa da produção da qual fazemos uso.

Se hoje nos voltamos, no plano nacional e em várias partes do mundo, para a compreensão da educação – nas suas mais variadas dimensões – a partir do modo de pensar e agir dos sujeitos concretos em situações concretas, não podemos desconsiderar que essas ações integram e expressam um movimento histórico, político, social e cultural mais amplo, diverso e, muitas vezes contraditório, do qual fazemos parte. Nesse sentido, abrimos nossa Revista com uma entrevista que nos convida a refletir tanto a respeito das relações entre sujeitos e seus contextos quanto respeito de perspectivas interpretativas e de investigação que circulam no contexto educacional internacional e com as quais dialogamos e recriamos para efeito de análises de nossos problemas. Lucíola Lacínio do

Santos, entrevista Stephen Ball – do Instituto de Educação da Universidade de Londres – debatendo com ele “atuais e controvertidos problemas das políticas educacionais”. Como ressalta a entrevistadora, “o que mais chama atenção no trabalho de Ball é esta habilidade em transitar de macro realidades para micro situações”. Esse pesquisador utiliza-se para suas análises de uma perspectiva pós-estruturalista, analisando o papel que os discursos e os textos jogam na constituição de instituições e de bens culturais. No entanto, Ball resolve sua ambivalência entre interpretações modernas e pós modernas ao demonstrar que as vozes de diferentes sujeitos sociais concretos – onde afloram desejos, angústias – é perpassada pelas imposições, limites e contradições do contexto econômico, social e cultural. Sua entrevista, como foi intenção da entrevistadora, oferece-nos elementos de realidade e teóricos para pensarmos como os limites impostos pela precariedade das políticas públicas e a presença do setor privado na educação configuram opções limitadas para as famílias trabalhadoras. Palavra aberta -sessão não permanente da revista – visa dar espaço a temas polêmicos de modo a incitar os leitores a acompanharem de perto, por meio das diferentes mídias e nas diversas esferas da sociedade, o seu debate. Para esse número convidamos Maria de Fátima de Paula para escrever a respeito da política de cotas do governo Lula o que ela faz formulando uma provocação: “opção pela democratização do ensino superior ou medida compensatória com fins eleitoreiros”.

O professor Domenico Losurdo – destacado pesquisador italiano do liberalismo – apresenta, em seu artigo “Hegel, a escola, a divisão do trabalho e a liberdade dos modernos” realiza uma análise original das posições de Hegel sobre a difusão da instrução pública. Mostra que o filósofo alemão reivindica um papel ativo do Estado com respeito educação, o que distingue suas reflexões de outras tendências liberais, que recusam a intervenção estatal nesse campo e acabam cedendo pressões clericais, unindo, assim, liberalismo e clericalismo e negando os princípios revolucionários burgueses. Ao explicitar como o posicionamento assumido por Hegel em defesa da educação das crianças e dos jovens, para a qualificação para o trabalho e a inserção na sociedade civil e no Estado, entra em confronto com outras posições liberais, Losurdo nos permite identificar a origem de controvérsias no campo educacional que ainda se mantêm extremamente atuais discussão da escola pública, em tempos de neoliberalismo.

A complexidade do profissionalismo docente é analisada por Eduardo Magrone, no seu artigo “Saberes Docentes e Formação Profissionais: uma visão crítica”. Nesse texto, a idéia de uma nova profissionalidade para o professorado, baseada em seu saber prático, como proposta por Maurice Tardif, é criticada a partir da noção de sistema das profissões de Andrew Abbot. O artigo sinaliza para a necessidade de rever as bases do estatuto sócio-profissional da docência a partir do entendimento de que as ciências da educação têm um importante papel na construção social de um novo profissionalismo docente.

“Versão forte ou versão matizada das teorias da reprodução cultural? Uma discussão” tem como autor Sérgio Grácio, do Departamento de Sociologia da Faculdade de

Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Para o autor, as teorias da reprodução cultural sustentam que um conjunto de traços disposicionais adquiridos nos diferentes meios de origem pelas crianças e pelos jovens predis põem às aprendizagens escolares ou as desfavorecem ou inibem. Essas teorias procuram, pois, estabelecer pontos de afinidade e de disparidade entre as duas socializações, do meio de origem e escolar. Segundo Grácio, quanto mais numerosas e profundas as afinidades maior a probabilidade de uma criança ou jovem ser bem sucedido escolarmente. Quanto mais numerosas e profundas as disparidades menor será aquela probabilidade. Sustenta, ainda, que um aspecto central das teorias da reprodução cultural – noção de educabilidade – , não tem sido devidamente levado em conta. Em princípio, disposições adquiridas na primeira socialização favoráveis às aprendizagens escolares deveriam traduzir-se numa progressão nessas aprendizagens mais substancial do que no caso de uma socialização menos favorável. Ressalta, contudo, que investigação empírica realizada nos EUA não confirma inteiramente o que poderíamos considerar como as previsões da teoria em matéria de educabilidade e de progressão nas aprendizagens. Convergem na mesma direção a análise de dados portugueses, de épocas e origens diversas.

No seu artigo, “Letramento digital – lendo em papel e em pixel”, Ana Elisa Ribeiro traça a história do hipertexto e considera a leitura não-linear como um modo de ler também relacionado a suportes como o jornal e as revistas impressos e digitais. A autora argumenta que as novas tecnologias trazem novas formas de ler que, no entanto, herdam características de suportes mais antigos, o que traria certa sensação de familiaridade ao leitor. A partir desses pressupostos e dos dados coletados pela pesquisa qualitativa realizada, a autora conclui que, ser letrado em hipertextos impressos, ajuda na compreensão e na navegação de hipertextos digitais, algo que a escola pode ajudar a facilitar. Em “Interculturalidade: objeto de saber no campo curricular da educação de jovens e adultos”, Rosângela Tenório de Carvalho analisa discursos sóciopolíticos, epistemológicos e pedagógicos produzidos e postos em circulação por diferentes forças sociais no período 1990/2000, cujos enunciados vêm estatuinto a interculturalidade como um objeto de saber-poder-ser no campo específico do currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Ancorada nos pressupostos desenvolvidos por Michel Foucault na sua teoria do discurso, bem como em ferramentas teóricas da versão pós-colonialista do currículo, esta análise constitui-se numa descrição histórica de continuidades e rupturas daqueles discursos com vista a indicar as condições de possibilidade de existência dos mesmos – como foram sendo produzidos e justificados. Trata-se de uma análise das regras que governam esses discursos, bem como um enfoque nos arranjos discursivos de saber-poder, na ordem interna desses discursos, que intervêm na produção do sujeito da interculturalidade.

A preocupação com a compreensão do fenômeno da construção da identidade do gênero na primeira infância é contemplada em “A construção do gênero e o brincar na educação infantil”, de Vera Maria Moreira Kude, Luciane Knüppe e Margarete Barbosa Plentz, que focalizam as especificidades dos modos de brincar de meninos e meninas e

investiga a indução exercida pelas pessoas adultas nessa tipificação sexual das brincadeiras. Descrevendo e justificando com clareza seus procedimentos de pesquisa, as autoras trazem à discussão os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, mas que já aponta questões relevantes para a formação dos educadores infantis.

Em Políticas de avaliação e gestão educacional : Brasil, década de 1990 aos dias atuais, Sandra Maria Zákia Lian Sousa, Dirce Nei Teixeira de Freitas propõem a abordar as políticas de avaliação, implementadas pelo Estado, nas duas últimas décadas, analisando-as como novas práticas de gestão, visto que "os processos avaliativos sempre trazem um potencial de fazer acontecer, de direcionar a ação, de induzir transformações, qual quer que seja a concepção e características presentes na atividade avaliativa". As políticas de avaliação e o "aparelhamento" do Estado para a sua efetivação e consolidação, as avaliações implementadas no ensino básico e superior e os princípios subjacentes a estas iniciativas como uns "novos lógicos de gestão da educação", são destacados na análise realizados pelas autoras. A conclusão que melhor resume o ponto de vista das autoras sobre as políticas de avaliação é a de que elas se constituem como "uma intensa e pródiga ação normativa e avaliativa, associada com práticas publicitárias e ações compensatórias (focalizadas e emergenciais)". O seu resultado, como novas práticas de gestão, foi a "difusão de determinada concepção acerca das funções da avaliação: comparar, competir, compelir, punir, premiar. Conseqüentemente, como ressaltam as autoras, é necessário conceber" uma nova proposta de avaliação", que considere algumas indagações capazes de alterar a essência do modelo de avaliação vigente: "Para que fazer avaliação? Quais os focos da avaliação e quem são os avaliadores? Como podem ser utilizados os resultados da avaliação e por quem? Quem deveria ser os usuários da avaliação?"

Espera-se que esse número, ao divulgar esse conjunto de estudos e pesquisas, possa contribuir para o avanço do conhecimento educacional numa perspectiva da inclusão social dos sujeitos. É preciso registrar que essa Revista conta com o imprescindível apoio financeiro da PRPq/UFMG.

*A Comissão Editorial*